

# Um Florestan para além da “tese da singularidade brasileira”

## *A Florestan beyond the “Brazilian singularity thesis”*

LUCAS TRINDADE DA SILVA<sup>1</sup>

### RESUMO

A finalidade deste artigo é refletir de forma detida sobre o lugar da obra de Florestan Fernandes no interior da “tese da singularidade brasileira”, formalizada e escrutinada no trabalho de Sergio Tavolaro. Em uma primeira seção, buscarei, sintetizando o argumento de Tavolaro, salientar a forma como este enquadra Florestan no interior daquela tese. Em uma ampla segunda seção, após reforçar aspectos da leitura feita por Tavolaro, o esforço será o de apresentar elementos da obra de Florestan que sugerem possibilidades de ir além da grade cognitiva que enquadra a formação social brasileira como uma experiência de modernidade inautêntica, desviante e singular. Três são os momentos da obra de Florestan que serão salientados: a) um primeiro de pleno enquadramento no interior da tese que concebe o Brasil como uma singularidade inautêntica e desviante; b) um segundo momento no qual o diagnóstico da singular modernidade brasileira (feito em contraste com modelos clássicos) se desatrela do imaginário do desvio e do inautêntico; c) um terceiro momento que tensiona e vai além do próprio imaginário da singularidade brasileira.

**Palavras-chave:** Pensamento Social Brasileiro, Florestan Fernandes, Singularidade brasileira.

---

<sup>1</sup> Este artigo é o resultado da constante interlocução com Eliane Veras, Diogo Valença, Ana Rodrigues, Aristeu Portela Jr. e Remo Mutzenberg. As falhas e lacunas presentes no texto, porém, são de minha inteira responsabilidade.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect carefully on the place of Florestan Fernandes' work within the “thesis of Brazilian singularity”, formalized and scrutinized in the work of Sergio Tavolaro. In a first section, I will seek, summarizing Tavolaro's argument, to highlight the way in which he frames Florestan within that thesis. In a broad second section, after reinforcing aspects of the reading made by Tavolaro, the effort will be to present elements of Florestan's work that suggest possibilities for going beyond the cognitive grid that frames Brazilian social formation as an experience of inauthentic, deviant and singular modernity. There are three moments in Florestan's work that will be highlighted: a) a first moment of full framing within the thesis that conceives Brazil as an inauthentic and deviant singularity; b) a second moment in which the diagnosis of the singular Brazilian modernity (made in contrast to classical models) is uncoupled from the imaginary of deviation and inauthenticity; c) a third moment that tensions and goes beyond the very imaginary of Brazilian singularity.

**Keywords:** Brazilian Social Thought, Florestan Fernandes, Brazilian singularity.

## INTRODUÇÃO

Pretendo aqui elaborar de forma sistemática uma questão que levantei em artigo anterior (ver SILVA, 2020), a saber: refletir sobre a obra de Florestan Fernandes, em particular sua interpretação sobre os padrões e dilemas (COHN, 1986) brasileiros, pelo crivo da tese da singularidade brasileira, chave de leitura formalizada por Sergio Tavolaro para a análise crítica de amplamente reconhecidos intérpretes do Brasil.

Primeiramente, buscarei sintetizar a leitura de Tavolaro do pensamento social brasileiro pelo prisma da tese da singularidade brasileira. Darei ênfase, por um lado, à relação intrínseca entre essa tese e o discurso sociológico hegemônico sobre a modernidade; por outro lado, à forma como Tavolaro aponta tanto os limites (conceituais e metodológicos) como as potencialidades (quando lidas pelas lentes dos debates contemporâneos em teoria social) dos autores enquadrados naquela tese. No sentido preciso de exprimir fragilidades e potencialidades, buscarei apontar em quais termos específicos Florestan é tomado como um pensador da singularidade brasileira.

Em uma segunda seção, reforçarei, em parte, o argumento de Tavolaro, defendendo a plausibilidade de pensar um período significativo da obra de Florestan como uma reflexão sobre a singularidade brasileira como desviante e inautêntica frente a modelos “plenos” de capitalismo e modernidade, sobretudo quando tomamos como material de análise os seus textos dos anos 1950 e início dos 1960. Diferentemente de Tavolaro, argumentarei que nos textos mais amplamente citados por este — *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975) —, são perceptíveis

importantes deslocamentos: por um lado, a singularidade brasileira (como situação heteronômica ou capitalismo dependente) se desatrela do imaginário do desvio e da inautenticidade; por outro lado, a segunda obra, ao tempo que endossa e formaliza a singularidade brasileira (modelo autocrático-burguês em contraste com o modelo democrático-burguês), também sugere elementos conceituais e heurísticos *para além da singularidade*, principalmente quando identifica tendências de generalização global das formas autocráticas de dominação burguesa. Tais tendências ganham notoriedade e reflexão sistemática em *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*, publicação original de 1979 a partir de um curso oferecido em 1977.

Concluirei sintetizando os principais resultados alcançados e apontando, rapidamente, como há em Florestan aspectos que dialogam com as ricas proposições de Tavolaro (2005, 2014) para irmos além dos impasses essencializantes de um pensamento organizado a partir dos dualismos universalidade/singularidade, autenticidade/inautenticidade, norma/desvio.

## **1. A TESE DA SINGULARIDADE BRASILEIRA**

Em 2005, Sergio Tavolaro publica na Revista Brasileira de Ciências Sociais o artigo *Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro*. Nele, Tavolaro realiza um trabalho notável de sistematização de atributos transversais à heterogeneidade de abordagens e resultados teórico-conceituais do chamado pensamento social brasileiro. Um trabalho inspirado na arqueologia foucaultiana de fazer salientes *regularidades dispersivas* ou a *episteme* (no léxico de *As palavras e as coisas* problematizado em *A arqueologia do saber*) que transpassa consagrados intérpretes do Brasil, alcunhados assim sobretudo pela sina em conferir inteligibilidade aos caminhos particulares da (não, semi ou parcial) modernidade brasileira.

Como será uma tônica até os seus trabalhos mais recentes, a busca de demarcação das regularidades dispersivas que traçam os limites do pensamento social brasileiro, tomado como uma episteme ou formação discursiva, é feita em um rigoroso trabalho simultâneo de demarcação do discurso sociológico hegemônico sobre a modernidade em autores e obras de indiscutível relevância na teoria sociológica clássica e contemporânea.

Em seus textos, vê-se de forma cada vez mais enriquecida esse trabalho de formalização *pari passu* do discurso sociológico hegemônico, de um lado, e de atributos transversais ao pensamento social brasileiro, de outro. Em geral, aponta-se como aquilo que é afirmação naquele — a proposição de um conjunto de características típicas da

modernidade ou dos processos de modernização — aparece como negação ou aparição parcial, tímida, canhestra neste — a ausência ou falta de vigor daquelas características ao pensar a singular modernidade brasileira. “A sociologia clássica e a nossa sociologia da inautenticidade operam, então, como profecias que se autorrealizam: ao tentar explicar o ‘centro’, confirma a ‘margem’ como um desvio do primeiro e vice-versa, sem qualquer espaço para questionamentos”, escreve Tavolaro (2005, p. 12-3).

Em alguns dos seus trabalhos (TAVOLARO, 2005, 2007, 2011a), o *discurso sociológico hegemônico* sobre a modernidade é pensado em uma tríade de atributos: (1) diferenciação/complexificação social; (2) secularização/racionalização societal; (3) separação entre público e privado. Em trabalhos posteriores (TAVOLARO, 2011b, 2013, 2014, 2017a, 2017b) esse conjunto de atributos vai sendo gradativamente ampliado, incorporando (TAVOLARO, 2017a, p. 120-2, grifos do autor) (4) uma concepção específica de “*agenciamento*”, na qual “o agente exemplar da modernidade” aparece como “dotado” de uma “estabilidade subjetiva” que garante “não apenas capacidade de autocontrole e domínio emocional sobre si mesmo como também condições de possibilidade para a adoção de um padrão de conduta metódico e racional, seja em sua vida social, seja em relação ao mundo objetivo a seu redor”; (5) “a imagem de *ruptura radical entre a cultura e a natureza*”, fundamento para o domínio técnico sobre a natureza externa e interna; e (6) uma “*estrutura espaço-temporal igualmente singular*”, na qual, de forma crescente, “o espaço é imunizado de condicionamentos contextuais” e o tempo, homogêneo e abstrato, ganha uma “conotação predominantemente linear e progressiva”.

Por certo, à ampliação da grade hegemônica que põe a modernidade em discurso segue-se uma complexificação das nuances de caracterização do pensamento social brasileiro, compreendido como um discurso sobre a singularidade brasileira que a concebe amplamente como uma modernidade faltosa, parcial ou distorcida no que diz respeito ao conjunto de atributos acima indicados. Discurso este que se desdobra em concepções da cidadania entre nós como desviante (TAVOLARO e TAVOLARO, 2010) ou como uma excepcional “cidadania à brasileira” (TAVOLARO, 2009).

Muito além dessa dupla e produtiva arqueologia de formações discursivas desigualmente reconhecidas na comunidade das ciências sociais — não fortuitamente o discurso sociológico hegemônico é pensado como “teoria” e o pensamento social brasileiro mantém-se como “pensamento” —, Tavolaro também aponta, a partir de uma ampla apropriação dos debates globais contemporâneos em teoria social e sociológica, para as

fragilidades das tendências essencializantes de ambas as formações discursivas — hegemônicas ou não. Nesse intento, o autor busca, me parece, levar ao limite a crítica aos hábitos dualistas de pensar a modernidade, exigindo uma reflexão fundamentalmente agonística, antiessencialista, contingente e histórica dos processos globais interconectados de modernização, contra todo traço de nacionalismo metodológico. Em outro flanco de reflexão, igualmente ousado, Tavolaro escava — como tem feito em profundidade com a obra de Freyre (TAVOLARO, 2016, 2017b) e Holanda (TAVOLARO, 2020) — as potencialidades heurísticas e conceituais presentes no que chama de retratos não-hegemônicos ou não-modelares da modernidade, a exemplo das tensões com a *temporalidade moderna* presentes nos intérpretes do Brasil (TAVOLARO, 2021).

Como se evidencia da discussão precedente, é perceptível como, ao lado da arqueologia de inspiração foucaultiana, Tavolaro se inspira na crítica de Jessé Souza (2000) à sociologia brasileira da inautenticidade, embora acertadamente, a meu ver, aponte como Souza, ao pensar a modernização seletiva, se mantém enredado nas armadilhas do mesmo tipo de sociologia que critica. Se no capítulo sétimo de *A Modernização Seletiva*, Souza (2000) critica um imaginário da modernidade inautêntica perpassando os trabalhos de autores como Freyre, Holanda, Faoro e DaMatta, pensadores das continuidades ibérico-luso-brasileiras e do vigor de forças pré-modernas (personalistas, patriarcais, patrimonialistas) em nossa formação, Tavolaro aponta para a operação de uma lógica discursiva semelhante em uma tradição que explicitamente buscava superar os limites daquela abordagem culturalista ou, mais rigorosamente, de uma “*sociologia da herança patriarcal-patrimonial*” (TAVOLARO, 2005, p. 5, grifo do autor).

Autores de uma “*sociologia da dependência*” como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni — embora evidentemente a partir de pressupostos, métodos e fins distintos — não estariam tão distantes daqueles quando se trata de pensar o Brasil como uma modernidade faltosa e de certa essencialização das características que definiriam as experiências originárias ou centrais e as experiências tardias ou periféricas de modernidade. Como traços comuns portanto às duas sociologias — da herança patriarcal-patrimonial e da dependência —, “uma notável resistência em equiparar a sociedade brasileira contemporânea e as chamadas ‘sociedades modernas centrais’” e, no que se refere à primeira, a “mesma imagem de ‘desvio’” (TAVOLARO, 2005, p. 7).

Como já anunciado na introdução, é do interesse deste artigo reconstruir os traços principais do enquadramento da sociologia da dependência, mais particularmente do trabalho de Florestan Fernandes, no interior de uma sociologia da inautenticidade, do

desvio e da singularidade brasileira, uma sociologia que revelaria “forte suspeição quanto à equidade entre Brasil e as chamadas ‘sociedades modernas centrais’” (TAVOLARO, 2005, p.8). Em Prado Jr.<sup>2</sup>, Tavolaro aponta principalmente o argumento perpassado pela marcada distinção ou dicotomia entre as experiências de colonização estadunidense e brasileira, aquela assentando as bases para uma modernidade capitalista plena e hegemônica, esta, como sabemos, exprimindo uma contínua reconfiguração do seu *sentido* originário de colônia.

Em Ianni<sup>3</sup>, Tavolaro (2005, p. 9) aponta o vínculo entre a persistência da “dependência estrutural” e a não prevalência, no caso brasileiro, das “mesmas condições que permitiram aos países capitalistas centrais consolidarem instituições e valores burgueses e estendê-los para a maior parte da população”. De modo semelhante, também Cardoso<sup>4</sup> salientaria os laços entre as formas de articulação da dependência ao longo da história brasileira e a dificuldade de consolidação, por aqui, da “democracia representativa, grupos civis e demais formas de sociabilidade vivenciadas plenamente pelas sociedades capitalistas centrais” (TAVOLARO, 2005, p. 9).

Enfim, o que mais nos interessa aqui, em Florestan<sup>5</sup>, Tavolaro (2005, p. 8-9) aponta os seguintes aspectos principais que enquadrariam a sua sociologia em uma compreensão do Brasil por sua inautêntica e singular modernidade: (a) em contraste com o “continente europeu”, a vitalidade de traços estamentais em nossa “configuração social” devido ao peso da “combinação inicial de grande lavoura, escravidão e expropriação colonial”; (b) uma incorporação superficial, “em suas linhas mais gerais”, dos “padrões sociais, políticos e econômicos vivenciados pelas sociedades capitalistas hegemônicas”; e (c) a “condição de dependência estrutural”, caracterizada pela articulação entre “setores econômicos modernos e supermodernos” e “setores arcaicos”, como “razão pela qual uma porção significativa da população brasileira permaneceu alheia à universalização legal do trabalho-livre” e como fundamento explicativo para o fato de que, aqui, “certas instituições políticas vivenciadas pelas sociedades capitalistas centrais não conseguiram vingar”.

---

<sup>2</sup> *História econômica do Brasil, The colonial background of modern Brazil e Evolução política do Brasil* são citados por Tavolaro (2005).

<sup>3</sup> *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970) e O colapso do populismo no Brasil* são citados por Tavolaro (2005).

<sup>4</sup> *O modelo político brasileiro, As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento* e, em coautoria com Faletto, *Dependency and development in Latin American* são citados por Tavolaro (2005).

<sup>5</sup> *Sociedade de classes e subdesenvolvimento e A revolução burguesa no Brasil* são citados por Tavolaro (2005).

Logo, a modernização brasileira — Tavolaro cita diretamente o Florestan de *A revolução burguesa no Brasil* —, “dissociada do modelo de civilização operante nas nações hegemônicas”, seria marcada pela negligência ou secundarização dos ““(…) requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1976, p. 256 *apud* TAVOLARO, 2005, p. 9). No caso brasileiro, em claro contraste com as “nações hegemônicas e centrais”, a transição para o capitalismo monopolista seria singularmente marcada por um grau elevado de selvageria e pela impossibilidade de “qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e longo prazo, entre democracia, capitalismo e autodeterminação” (FERNANDES, 1976, p. 256 *apud* TAVOLARO, 2005, p. 9).

Na sociologia da herança patriarcal-patrimonial de Freyre, Holanda, Faoro e DaMatta, é essa exata herança que funciona como “variável independente” para pintar “a imagem da sociedade brasileira” como um tipo que, “a despeito de ter passado por processos de complexificação e modernização (...), jamais atingiu o grau e a extensão da *diferenciação social*, da *secularização* e da *separação entre público e privado* observados nas ‘sociedades modernas centrais’”, o que explicaria “o *status semimoderno* da sociedade brasileira contemporânea” (TAVOLARO, 2005, p. 10, grifos do autor).

Diferentemente, embora com resultados afins, na sociologia da dependência de Prado Jr., Fernandes, Cardoso e Ianni, é “a insuperada condição de dependência estrutural, marcando a economia brasileira desde os momentos primeiros de sua formação, que acaba por assumir o papel de ‘variável independente’, supostamente capaz de explicar a pretensa particularidade do padrão de sociabilidade que se consolidou entre nós” (TAVOLARO, 2005, p. 10). É a dependência estrutural o fator explicativo fundamental para compreender a singularidade inautêntica da “nossa” modernidade em comparação com os processos de modernização típicos dos “países centrais”, tais como França, Estados Unidos e Inglaterra.

Enquanto a sociologia da herança patriarcal-patrimonial conformaria a imagem do Brasil contemporâneo como “*semimoderno*”, a sociologia da dependência cristalizaria a imagem da modernidade brasileira como “uma modernidade *periférica*” (TAVOLARO, 2005, p. 11, grifo do autor). Embora faça questão de salientar essa importante diferença, a Tavolaro importa sobretudo, como já vimos, apontar para as semelhanças subjacentes às nuances:

Ora, quando consideradas do ponto de vista da *episteme* do discurso sociológico hegemônico da modernidade, as duas abordagens comumente tidas como diametralmente opostas chegam a um diagnóstico bastante similar, ainda que partam de perspectivas bastante diferentes: *diferenciação social, racionalização da normatividade e separação entre o público e privado* — os três pilares da sociabilidade moderna, de acordo com esse discurso — não teriam se consolidado no Brasil tal e qual o fizeram nos chamados “países modernos centrais”. No interior desse terreno cognitivo, pois, nossa condição moderna não seria outra senão uma espécie de *desvio* em relação às ditas “sociedades centrais da modernidade”. Mantendo-se intocada a *episteme* daquele discurso sociológico hegemônico, não parece restar outra alternativa interpretativa para além de “semi-” e “periférica” (TAVOLARO, 2005, p. 11, grifos do autor)

Ao revisitar a “*tese de singularidade brasileira*”, “ideia-força mais poderosa e penetrante do nosso pensamento social” que, em nossos dias, “parece permanecer irresistivelmente hegemônica”, Tavolaro (2014, p. 633-4, grifo do autor) reitera as balizas de sua abordagem: não é possível falar da tese da singularidade brasileira sem pensá-la como uma enunciação que parte de um imaginário hegemônico sobre a modernidade; é a partir desta norma discursiva que casos singulares e desviantes são indicados.

A destabilização e interpelação crítica deve ser, portanto, dupla: ao que se concebe, no interior e a partir de um discurso hegemônico, como modelo e como desvio da modernidade. Remetendo diretamente ao trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), o “interesse prioritário” da arqueologia crítica da tese da singularidade brasileira é questionar o “pressuposto de uma diferença *essencial* entre ‘nações metropolitanas’ e ‘povos coloniais’” ou, nas suas próprias palavras, “entre o Brasil e outros contextos ditos ‘centrais’ da experiência moderna” (TAVOLARO, 2014, p. 642, grifo do autor).

No texto de 2014 é explicitado um elemento marcante da produção intelectual de Sergio Tavolaro: a ideia de que “é possível identificar nas mais célebres obras interpretativas da ‘peculiaridade brasileira’ — as mesmas que esposam elementos centrais daquela tese — antecipações a críticas contemporâneas ao discurso da modernidade” (TAVOLARO, 2014, p. 635). Após uma sucinta apresentação das “críticas contemporâneas ao discurso da modernidade” — em particular as perspectivas das modernidades múltiplas, da globalização e da modernidade global, de um lado, e as perspectivas pós-colonial e decolonial, de outro —, Tavolaro (2014, p. 654, grifo do autor) questiona: “como é que a *tese da singularidade brasileira* se posta diante dos desafios àquele discurso da modernidade lançados por essas elaborações teóricas contemporâneas?”.

Para Tavolaro (2014, p.656), “ao versar sobre uma realidade classificada como ‘não modelar’” pelos critérios do discurso sociológico hegemônico, os intérpretes da singularidade brasileira puderam trazer “à luz aspectos da própria ‘realidade modelar’ que escaparam ao campo de visão daquele quadro de referência hegemônico”. Esse ângulo de abordagem — que mais nitidamente busca indicar tanto os limites como as potencialidades da tese da singularidade brasileira — permite adicionar importantes nuances à leitura dos pensadores enquadrados nesta tese.

No que se refere ao objeto deste artigo, isso permite salientar na obra de Florestan Fernandes: (a) a sensibilidade, em trabalhos como *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* e *A revolução burguesa no Brasil*, para a “coexistência de temporalidades distintas — arcaicas e modernas” (TAVOLARO, 2014, p. 657); (b) em contraste com o imaginário hegemônico sobre a racionalização e o agenciamento modernos, a alusão em *A integração do negro na sociedade de classes* “à existência de hiatos de natureza psicodinâmica que teriam dificultado sobremaneira a plena integração de certos segmentos marginalizados à ordem social racional-competitiva” (TAVOLARO, 2014, p. 657); (c) também a “resiliência de relações de produção dadas por extintas nas ditas ‘sociedades centrais’” (TAVOLARO, 2014, p. 657), apontada por Prado Jr. e Fernandes, ofereceria subsídios para um questionamento da suposta separação entre público e privado e de uma plena autonomização das esferas sociais no discurso sociológico hegemônico sobre a modernidade; (d) citando *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Tavolaro (2014, p. 659-660) enfatiza a exigência de Fernandes quanto a uma necessária revisão e “adequação” dos instrumentos teórico-conceituais da sociologia, geneticamente ligados aos contextos europeu e norte-americano, para dar conta das situações de subdesenvolvimento.

Elementos como esses, se endossam o enquadramento de Fernandes na tese da singularidade brasileira (inautêntica e desviante em relação a um modelo de modernidade), também podem ser “revisitados”, reitera Tavolaro (2014, p. 660), “à luz dos debates contemporâneos” “como desafios que lugares de enunciação não hegemônicos suscitam” ao discurso sociológico hegemônico da modernidade, “flagrando-o em seus próprios limites e fragilidades”.

Elaborada esta síntese da tese da singularidade brasileira e de como Fernandes é nela enquadrado, tenho elementos para um retorno direto ao trabalho do saudoso sociólogo uspiano. Ao longo do texto buscarei demonstrar como Fernandes apresenta aspectos tanto de endosso da tese da singularidade brasileira como de superação, numa dinâmica de tensão e ambivalência, desse imaginário: primeiro ao desatrear a ideia de

singularidade das imagens de desvio e inautenticidade; depois, ao realizar um consistente movimento para além da singularidade, em particular ao pensar as relações entre capitalismo e autocracia.

## **2. FLORESTAN FERNANDES E A TESE DA SINGULARIDADE BRASILEIRA: COM ELA E PARA ALÉM**

### **2.1. Brasil: singular, inautêntico e desviante**

Não são escassos nem pontuais os indícios que permitem enquadrar Florestan no interior de uma sociologia da inautenticidade (Jessé Souza), do desvio e da singularidade (Sergio Tavolaro) quando o Brasil é pensado em contraste com um determinado modelo de capitalismo e de modernidade. Há, inclusive, elementos ainda mais flagrantes do que aqueles apontados textualmente por Tavolaro (2005, 2014). É sobretudo em textos escritos por Florestan nos anos 1950 e início dos anos 1960 que, a meu ver, podemos encontrar de maneira transparente o imbricamento das imagens da *inautenticidade*, do *desvio* e da *singularidade* para pensar a formação social brasileira.

Em *Existe uma crise da democracia no Brasil?*, conferência realizada em junho de 1954, encontramos um Florestan particularmente influenciado pela hipótese da *demora cultural* (BRASIL JR., 2013; PORTELA JR., 2013; SILVA, 2021) e que, por isso, responde àquela pergunta da seguinte forma: “o que parece a muitos uma ‘crise’ da democracia no Brasil é, antes, efeito da lentidão com que se vem operando a substituição dos antigos hábitos e práticas (além do mais, deformados) de vida política, por outros novos, ajustados à ordem legal democrática em elaboração” (FERNANDES, 2008a, p. 100). O núcleo do problema não seria, portanto, uma democracia em crise (como se um dia tivesse existido de maneira plena), mas condições sociológicas que favorecem a “perpetuação” daqueles “antigos hábitos e práticas (além do mais, deformados)” e a prevalência, “ao longo da moderna evolução política do país”, dos “móveis egoístas das elites dirigentes” “sobre necessidades muito mais urgentes e graves” (FERNANDES, 2008a, p. 100).

Haveria, assim, entre nós, um “desequilíbrio variável” no desenvolvimento e integração das “esferas culturais e institucionais” (FERNANDES, 2008a, p. 101). Uma “inércia cultural” (FERNANDES, 2008a, p. 102) coexistiria com a inegável transformação do “sistema econômico” e do sistema político, ao menos em seus marcos formais. Em clara assimetria com esse quadro estariam as “experiências bem-sucedidas de países europeus e dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2008a, p. 102) e a presença, nestes, de

uma “maior harmonia entre a organização política e as condições nacionais de existência social” (FERNANDES, 2008a, p. 103).

Em texto de 1959 — *Relações culturais entre o Brasil, o Ocidente e o Oriente* —, o contraste é ainda mais categórico. Ao realizar uma síntese dos “traços da dinâmica da civilização ocidental do Brasil”, Fernandes (2008b, p. 172) escreve que essa dinâmica se caracteriza, por um lado, pela “seleção de modelos ideais de comportamento, de nível de vida, de organização das instituições, de aspirações intelectuais ou morais e de reforma social de países como a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, a Alemanha, a Itália etc.”. No entanto, percebe-se “a realização quase sempre parcial, incompleta ou deformada desses modelos, em virtude de as bases econômicas, sociais ou culturais de vida não oferecerem, no meio brasileiro, as principais condições requeridas pelo pleno desenvolvimento normal daqueles modelos” (FERNANDES, 2008b, p. 172).

O mesmo contraste encontra uma formulação lapidar em 1962, nas *Reflexões sobre a mudança social no Brasil*: “Nós nos modernizamos por fora e com frequência nem o verniz aguenta o menor arranhão. É uma modernidade postiça, que se torna temível porque nos leva a ignorar que os sentimentos e os comportamentos profundos da quase totalidade das ‘pessoas cultas’ se voltam contra a modernização” (FERNANDES, 1976, p. 205, grifo do autor).

Como se vê, o uso de palavras e expressões como “desequilíbrio”, “parcialidade”, “incompletude”, “deformação”, “modernidade postiça” exprime, repetidamente, uma elaboração conceitual que se faz em contraste com referenciais cognitivos de experiências de modernidade harmônicas, plenas, completas e bem formadas. O cristalino enquadramento daquelas passagens no interior da tese da singular modernidade brasileira implica, também, concebê-la como uma modernidade inautêntica e desviante (repetamos: deformada), que assim perdura no tempo em razão da persistência das condições que permitem a perpetuação de hábitos, disposições, práticas e representações incongruentes com certos requisitos (teóricos e normativos) do que seria uma experiência moderna normal.

De modo semelhante, em *A integração do negro na sociedade de classes* (doravante INSC), de 1964, o instrumento analítico “demora cultural” continua recorrente; constantemente Florestan nos fala de uma “ordem social competitiva” que não alcançou a “plena vigência na motivação, na coordenação e no controle” das “relações raciais” (FERNANDES, 2021, p. 826), de um “desenvolvimento” daquela ordem que “encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais”

(FERNANDES, 2021, p. 827). Trata-se de algo considerado como uma “anomalia” (FERNANDES, 2021, p. 827) com consequências dramáticas para negros e negras, mas, de modo amplo, “para o próprio equilíbrio do sistema, ou seja, para a normalidade do funcionamento e do desenvolvimento da ordem social como um todo” (FERNANDES, 2021, p. 827).

Ao lado desses aspectos indicadores da operação de uma concepção linear, ascendente e homogênea de mudança social, que permite falar em “demora”, ausência de “plena vigência”, “deformação” e “anomalia”, a INSC também sugere argumentos nos quais a marca do antigo no novo começa a ser pensada, numa agonística interna ao pensamento do autor, não só como um sôfrego processo transitório de ruptura com um passado que insiste em permanecer, mas como uma articulação possível do presente tendente ao futuro. Uma das últimas passagens da INSC sugere essa coexistência de duas lógicas de concepção do tempo histórico-social, uma progressiva e homogeneizante e outra, digamos, sobredeterminada e irreduzivelmente heterogênea. Frente ao “fato de a desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como *algo natural, justo e inevitável*”, Florestan escreve, nas mesmas páginas finais da INSC acima citadas, que a

única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável vem a ser, portanto, a própria expansão da ordem social competitiva. Mas isso faz com que a homogeneização do sistema social dependa de influxos espontâneos que são, por sua própria natureza, demasiado lentos e instáveis. Acresce que há um risco evidente e, por isso, previsível. As tendências descobertas não excluem a possibilidade de uma conciliação entre as formas de desigualdade inerente à sociedade de classes e os padrões herdados de desigualdade racial (FERNANDES, 2021, p. 827, grifo do autor).

Na passagem são perceptíveis elementos que tanto reforçam o imaginário que entrelaça singularidade, inautenticidade e desvio, como apontam para uma outra forma de pensar a singularidade brasileira. Esta é colocada nos mesmos termos contrastivos: é a partir de um modelo de “ordem social competitiva” — modelo elaborado como uma organização conceitual de experiências históricas concretas, os contextos “originais” de emergência daquela ordem — que se podem analisar os impasses de uma formação social em transição como a brasileira.

Formação na qual a ordem social competitiva se expande e se intensifica, mas em ritmo lento, sem sobressaltos disruptivos e revolucionários, fortemente marcada por práticas e representações típicas de um Antigo Regime estamental-escravocrata, de modo

que, na dialética entre contínuo e descontínuo nos processos de mudança social, o primeiro termo tende a firmar-se como momento preponderante. No entanto, nesse quadro, não estaríamos apenas frente à persistência do arcaico como desvio inautêntico e da consequente esperança de que algum dia o caminho certo da modernização seja (re)encontrado, mas diante de uma forma de *conciliação* particular entre os dois tipos (estamental-escravocrata e competitivo, raça e classe)<sup>6</sup> no interior de uma formação social refratária a rupturas e mudanças drásticas.

## **2.2. Uma singularidade para além do desvio e da inautenticidade**

É essa outra forma de pensar a singularidade brasileira que, a meu ver, se consolida em um texto como *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (doravante SCS), original de 1967, no qual, a partir dos conceitos de *dupla polarização*, *capitalismo dependente* e *situação heteronômica*, elabora-se uma “teoria sociológica do subdesenvolvimento econômico” (FERNANDES, 1976, p. 377) fortemente antieconomicista<sup>7</sup> e antiteleológica, dado que o subdesenvolvimento é compreendido não como etapa, desvio ou anomalia do desenvolvimento, mas como possibilidade normal de formação no interior das dinâmicas globais do capitalismo.

Pouco se altera no raciocínio contrastivo. O modelo “clássico” de desenvolvimento autônomo é sobretudo os Estados Unidos da América. Lá, as forças engendradas pela emancipação política e a tendência à universalização dos “princípios capitalistas de organização do comportamento econômico” (FERNANDES, 2008c, p. 34) levaram à “neutralização e a superação definitiva das estruturas coloniais pela ordem social competitiva emergente” (FERNANDES, 2008c, p. 35). Aqui, os processos de descolonização e incorporação do *espírito* capitalista

se revelaram insuficientes para promover o mesmo efeito, o que redundou na formação de uma economia nacional duplamente polarizada: um setor de exportação de produtos primários, no qual a vigência dos princípios capitalistas só é plena, em regra, no nível da comercialização e no qual se concretiza ao máximo a dependência em relação ao exterior; e um setor interno de produção, circulação e consumo de bens, ainda sujeito a fortes influxos externos, mas impulsionado por tendências irreversíveis de consolidação da economia de mercado capitalista existente (FERNANDES, 2008c, p. 35).

<sup>6</sup> Para um aprofundamento ver “Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro” (COSTA *et al.*, 2021).

<sup>7</sup> O capitalismo é entendido como “uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extraeconômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia)” (FERNANDES, 2008c, p. 23).

Não há dúvidas de que se trata do moderno capitalismo: “uma sociedade subdesenvolvida, que se encontre no estágio do capitalismo dependente, não só possui uma economia de mercado capitalista, no sentido moderno. A sua própria ordem econômica é capitalista” (FERNANDES, 2008c, p. 36); no entanto, “destituída de autossuficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada” (FERNANDES, 2008c, p. 36). Isso “suscita uma realidade histórica nova e inconfundível” (FERNANDES, 2008c, p. 36): “uma economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente” (FERNANDES, 2008c, p. 37).

Logo após tal enunciação exemplar da tese da singularidade brasileira, Florestan escreve: “Vistos à luz do modelo original”, ou seja, dos modelos clássicos de gênese e desenvolvimento do capitalismo,

esses fatores (estruturas e dinamismos condicionados pela situação heteronômica das economias nacionais dependentes) podem parecer “distorções”, “carências” ou “deficiências”. Encarados em função dos dados, de fato, porém, eles traduzem exatamente o que as coisas são e devem ser: fenômenos normais, que nascem da conjugação do ‘capitalismo moderno’ com o ‘mercado mundial’ a que ele deu origem (FERNANDES, 2008c, p. 37).

O mesmo ponto é reforçado páginas à frente:

a sociedade capitalista subdesenvolvida não é uma redução patológica daquele tipo social [avançado, desenvolvido], considerado em determinado estágio do seu desenvolvimento. Ao contrário, ela constitui, através de suas diversas variantes, o que se poderia entender como manifestação normal daquele tipo, nas condições que deram origem e mantiveram o capitalismo dependente (FERNANDES, 2008c, p. 51).

Tal compreensão do capitalismo dependente ou heteronômico como um fenômeno normal — quando pensado a partir das dinâmicas globais do capitalismo e das diferenças e assimetrias produzidas e mantidas em seu bojo — leva também, como amplamente salientado pela fortuna crítica, a uma outra forma de pensar a relação entre o antigo e o novo que, como vimos, já começava a ser sugerida na INSC: diferente de uma deformação ou uma anomalia, a presença e persistência de atributos e relações ditos pré-modernos ou pré-capitalistas passa a ser visto sob o prisma de seus papéis no interior da reprodução do próprio capitalismo dependente. A passagem é consagrada:

o *arcaico* e o *moderno* nem sempre entram em choque decisivo, que termine com a eliminação das estruturas repudiadas; estabelecem-se várias espécies de fusões e de composições, que traduzem os diferentes graus de identificação dos homens com a herança tradicional e com a modernização (FERNANDES, 2008c, p. 53, grifos do autor).

As passagens acima evidenciam uma inflexão importante no pensamento de Florestan Fernandes no que diz respeito ao problema deste artigo: se a singularidade brasileira (e de alguns países latino-americanos) continua a ser pensada a partir de um contraste com modelos “clássicos” de capitalismo e modernização, tal contraste não é mais exatamente concebido como norma e desvio, autêntico e inautêntico. A rigor, há elementos nessa obra que apontam para a compreensão da “modernidade central” como tão singular como a “modernidade periférica”, sendo cada uma dessas singularidades tão “normal” quanto a outra e uma existindo em uma relação fundamental com a outra. O que se depreende do texto são as dinâmicas de uma modernidade capitalista global com padrões estruturais distintos e hierarquizados.

Evidentemente, é um certo modelo de *autonomia* que é utilizado para definir a *heteronomia*, mas esse dualismo não é mais concebido à maneira de desvio, inautenticidade e falta. A razão dualista (OLIVEIRA, 2013), que deixa de operar ao pensar a relação entre antigo e novo, arcaico e moderno, no interior de uma formação social específica como a brasileira, é como que projetada para pensar dinâmicas globais — não mais o arcaico/moderno no Brasil, mas centro/periferia, autonomia/dependência no globo. No entanto, esses dois últimos dualismos não são articulados nos termos do primeiro (pois o capitalismo heteronômico e periférico é tão moderno quando o capitalismo desenvolvido dos países centrais), nem são pensados como boa formação/deformação, plenitude/ausência, normalidade/anomalia.

Sem de modo algum pretender reduzir a riqueza e as inovações trazidas por uma obra como *A revolução burguesa no Brasil* (doravante RBB), eu diria que os aspectos teóricos acima salientados se mantêm e ganham maior amplitude investigativa: não se trata apenas de pensar os atributos do capitalismo dependente e subdesenvolvido em um permanente contraste com um modelo de capitalismo autônomo e desenvolvido (a razão dualista projetada em nível global), mas de contrapor explicitamente, aprofundando os interesses de uma sociologia histórico-comparativa, um “modelo democrático-burguês” (FERNANDES, 2006, p. 340), “liberal-democrático” ou “clássico” (FERNANDES, 2006, p. 380, grifo do autor), que refletiria os processos históricos inglês, francês e estadunidense, ao “modelo autocrático-burguês” (FERNANDES, 2006, p. 337, p. 374, p. 424), formulado

a partir da experiência brasileira. Este, como “reflexo invertido” (FERNANDES, 2006, p. 382) do primeiro modelo, se caracterizaria pela “forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia” ou, em fórmula positiva, pela “forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (FERNANDES, 2006, p. 340, grifos do autor).

No modelo democrático-burguês conforma-se um modelo de transformação capitalista que se mostra capaz de incorporar a mudança social e as pressões das classes subalternas à sua dinâmica intrínseca e aos marcos institucionais, permitindo certa universalização de direitos, liberdades e serviços, e normalizando o dissenso e o conflito entre correntes ideológicas amplamente heterogêneas nos marcos consensuais do jogo plural e democrático. No modelo autocrático-burguês, temos, conforme a síntese de Gabriel Cohn, um modelo de transformação capitalista caracterizado pela “concentração exclusiva e privatista do poder”, um

regime... marcado pela concentração de poder numa classe, que no limite converte ‘o Estado *nacional e democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva’ após tê-lo desvinculado da ‘clássica *democracia burguesa*’ e atrelado a uma ‘versão tecnocrática da democracia restrita’ que funciona como uma ‘democracia de cooptação’ (COHN, 2004, p. 404, grifos do autor).

De modo semelhante à chamada dupla polarização em SCS, a conformação do capitalismo dependente e do modelo autocrático-burguês repousa, em última instância, na posição específica que o Brasil vai assumindo nas dinâmicas e fases do capitalismo global. Mais precisamente, o capitalismo dependente é um capitalismo duplamente articulado: com as “economias capitalistas centrais” por meio da especialização primário-exportadora e internamente pela “articulação do setor arcaico ao setor moderno” (FERNANDES, 2006, p. 283).

Logo, a articulação interna entre arcaico e moderno é pensada como a outra face da articulação à economia global mais “avançada”. Não se trata definitivamente de uma modernidade capitalista faltosa ou parcial, anômala ou deformada, inautêntica ou desviante. Como em SCS, o capitalismo dependente e o modelo autocrático-burguês são tomados como um padrão normal de “desenvolvimento” capitalista no interior de um sistema global que, por fundamento, produz padrões diferenciados e hierarquizados de inter-relação entre setores (econômicos, regionais e nacionais).

Tomando em conjunto SCS e RBB, uma implicação fundamental da compreensão do subdesenvolvimento, da dependência e do modelo autocrático-burguês como manifestações normais no interior do capitalismo como sistema global é, ecoando Rosa Luxemburgo, a inteligência teórica, desde a periferia, de que o capitalismo não sobrevive sem “acumulação originária” ou, falando com Harvey (2005), sem expropriação e despossessão, sem ampliar continuamente o seu circuito de contradições através de práticas espoliativas e de pilhagem. Implica também, na contramão das experiências de “capitalismo democrático” (STREECK, 2011) e de “compromisso keynesiano” nos países centrais, apontar como padrões autocráticos e violentos, diretamente coercitivos de expropriação e exploração, são meios típicos e normais do capitalismo, para além do seu contexto genético ou primitivo.

Ainda sobre SCS e RBB, gostaria de chamar atenção não só para a amplamente enfatizada superação da razão dualista, ao conceber arcaico e moderno não como um dualismo, mas como uma articulação estrutural; parece-me que Fernandes sugere silenciosamente mais do que isso. Sugere, eu diria, uma detida reflexão sobre se a própria terminologia do “arcaico” e do “moderno” é útil; se o uso desses termos ainda não ressoa pressupostos teleológicos, lineares, progressivos, etapistas de temporalidade histórico-social. Afinal, como pode ser arcaico aquilo que é central na estruturação e ativação de processos sociais presentes e tendentes a permanecer? Se estamos tratando da “contemporaneidade” de elementos da realidade que têm uma emergência histórica heterogênea, por que continuamos a chamar essa “contemporaneidade” em termos que evocam uma concepção linear de tempo?<sup>8</sup>

Há um amplo programa de pesquisa em torno do que Florestan (2015, p. 37) chama, em texto original de março de 1971, de “contemporaneidade de situações históricas não coetâneas”. Algo que, me parece, nos permitiria ir além da terminologia e do imaginário da “persistência do passado”, do “peso do atraso” etc.

### **2.3. Um Florestan para além da tese da singularidade brasileira**

Como propus acima, tanto em SCS como em RBB a crítica da razão dualista de um ponto de vista interno à formação social brasileira é feita através de uma projeção do dualismo ao nível global: centro/periferia, autonomia/heteronomia, modelo

---

<sup>8</sup> Sugestão que também atravessa o clássico ensaio de Francisco de Oliveira publicado em 1972: “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia” (OLIVEIRA, 2013, p. 32).

democrático/modelo autocrático são dualismos complementares para pensar experiências sociais que se configuram relacionalmente na constituição do mercado mundial, mas que são conceitualizadas como uma assimetria, como em um “reflexo invertido”, para utilizar novamente a plástica expressão de Fernandes (2006, p. 382).

Ao mesmo tempo que exemplifica a hipótese de uma crítica interna da razão dualista através de sua projeção no cenário global, a RBB também traz elementos que tensionam e relativizam tal dualização do mundo. Se a mão de ferro da ditadura empresarial-militar foi utilizada em 1964 para consolidar o capitalismo monopolista no Brasil sem o “perigo” da pressão popular e da demanda por reformas “clássicas” vindas de um ensaio natimorto de social-democracia ao sul do Equador, os anos 1970 (mais particularmente 1973, quando Florestan escreve os capítulos finais da RBB) já apontavam como a autocracia burguesa não era uma degradante peculiaridade periférica.

Não estamos na era das ‘burguesias conquistadoras’. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore.* Semelhante reciprocidade de interesses e de orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa ‘atrasada’, da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe (FERNANDES, 2006, p. 343, grifo do autor).

Logo, se Florestan sustenta o dualismo entre “modelo democrático-burguês” e “modelo autocrático-burguês” para analisar a longa duração que é o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no colossal palco do mercado mundial, a passagem indica um cessar daquela assimetria cognitiva que perpassa toda a RBB. Assim, não se trata mais, naquele contexto, de um “reflexo invertido” ou de um dualismo que opõe modelos de transformação capitalista segundo qualidades ou essências irreduzíveis.

Após ser preso e compulsoriamente aposentado como desdobramento do Golpe de 1964, após a experiência de exílio no Canadá e escrevendo sobre o Brasil da primeira metade dos anos 1970, Fernandes sugere uma tendência de generalização global das formas autocráticas de dominação. A autocracia burguesa no Brasil, e sua explícita manifestação

como uma ditadura de classe sustentada pela caserna, não mais aparece como o avesso da democracia burguesa nos países centrais (como uma diferença qualitativa essencial), mas como um “a mais”, como uma sobreposição autoritária presente em uma burguesia que visa não só “consolidar vantagens de classe relativas” ou “manter privilégios de classe”, mas que “luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo” (FERNANDES, 2006, p. 345).

Assim, se SCS e RBB desatrelam a singularidade brasileira (que continua a ser pensada a partir de dualismos projetados em nível global) do imaginário da inautenticidade e do desvio, a última obra apresenta elementos que permitem um movimento teórico para além da própria tese da singularidade brasileira. Isso é feito quando é apontada, na conjuntura dos anos 1970, uma tendência de generalização global das formas autocráticas de dominação burguesa. O que é uma sugestão pontual, e um tanto intempestiva, no interior de uma obra que opera continuamente com o contraste entre modelos de revolução burguesa (democrático-burguês e autocrático-burguês), ganha um caráter sistemático e central em *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*, “opúsculo” das “anotações de um curso sobre a “Teoria do Autoritarismo”” oferecido na PUC-SP “em parte do último trimestre de 1977” (FERNANDES, 2019, p. 33) e publicado originalmente em 1979.

O próprio mote do curso, e do livro, é a crítica a um tipo de razão dualista que saturava a ciência política de então<sup>9</sup>. Mais precisamente, certa compulsão a enquadrar a realidade a partir de uma “tipologia dicotômica”, plena de “inconsistências”, que opõe “sistemas autoritários” e “sistemas democráticos”, “democracia (liberal)” e “democracia (autoritária)”, “democracia” e “totalitarismo” (FERNANDES, 2019, p. 44-45)<sup>10</sup>. Um conceito de *autoritarismo* que se baseie em tal tipologia dicotômica “circunscreve o horizonte

---

<sup>9</sup> Embora o arsenal crítico também se volte para um passado mais distante (E. Cassirer; V. Pareto, Ortega y Gasset, H. Rickert, R. Michels, entre outros), os alvos de Florestan são sobretudo autores e obras dos anos 1950, 1960 e 1970: *Totalitarian dictatorship and totalitarianism*, de Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski; *The case of Spain*, de J. Linz, incluído na coleção *Regimes and oppositions*, organizada por R. Dahl; *Uma teoria de política comparada*, de G. A. Almond e C. Bingham Powell Jr.; *Power and society: a framework for political inquiry*, de Harold D. Lasswell e Abraham Kaplan; *Uma teoria da análise política*, de David Easton. A contundente crítica ao trabalho de Gabriel A. Almond (e Powell Jr.) sugere um profundo incômodo de Florestan com a chamada *teoria da cultura política*, que se baseia em um “modelo liberal democrático de cidadania” (RENNÓ, 1998, p. 73) para analisar/tipificar os sistemas políticos e as ditas transições para a democracia. Teoria essa que tem como marco fundador a obra *The civic culture*, de G. Almond e Sidney Verba, publicada em 1963 (para um balanço, ver RENNO, 1998).

<sup>10</sup> Para um esforço recente — inspirado na teoria dos sistemas sociais e em diálogo com o trabalho de Sergio Tavolaro — de pensar o autoritarismo como constitutivo da modernidade política global, ver Dutra e Ribeiro (2021).

intelectual do analista político”, pois rejeita, *a priori*, premissas básicas: a compreensão de que “a democracia típica da sociedade capitalista é uma *democracia burguesa*, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o Estado constitucional”; de que a esta democracia burguesa “é inerente forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras-dominantes e por suas elites”; de que nesta democracia a “liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, *na teoria e na prática*, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do ‘sistema democrático capitalista.’” (FERNANDES, 2019, p. 45, grifos do autor).

Sob citada influência dos trabalhos de Georg Lukács, Franz Neumann, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Max Horkheimer e em polêmica frontal com uma ciência política que sob a bata da cientificidade “confere um caráter *racional, definitivo e eterno* ao modelo de democracia que resultou do capitalismo” e condena toda “democracia *popular*” como “intrinsecamente aberrante e corrompida”, Florestan (2019, p. 48-9, grifos do autor), do seu modo, aponta como os regimes democrático-liberais são não só saturados, mas sustentados por formas de sociabilidade e marcos institucionais autoritários.

A crítica ao dualismo entre sistemas autoritários (toda e qualquer experiência social distinta da democracia liberal) e sistemas democráticos (cujos fundamentos autoritários, hierarquizantes e desiguais são tosca ou sutilmente borrados) implica, a meu ver, uma não explicitada mas significativa (auto)crítica em relação ao dualismo dos modelos de transformação capitalista presente na RBB (democrático-burguês no centro e autocrático-burguês na periferia).

Do *micro* ao *macro*, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a *oscilar* em função de alterações do contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global) (FERNANDES, 2019, p. 51-52, grifos do autor).

No contínuo do argumento, Fernandes (2019, p. 52-53, grifos do autor) salienta “dois aspectos que incrustam o autoritarismo na normalidade da *vida burguesa* e em suas crises”: não há dominação burguesa sem “uma mão de ferro para impor a obediência nas

‘condições normais da ordem’ e, em especial, para dar labilidade ao Estado capitalista, que não pode enfrentar as ‘condições de emergência’ sem um enrijecimento rápido e crescente”. É sobretudo em tais condições de emergência que a latência autoritária da dominação burguesa, garantida por meio do Estado capitalista, se manifesta, revelando “que ao monopólio da dominação burguesa corresponde um monopólio do poder político estatal: sem nenhuma mágica, o Estado de exceção brota do Estado democrático, em que está embutido” (FERNANDES, 2019, p. 52-53). Tal oscilação entre latência e manifestação de tendências autoritárias intrínsecas ou o “contraste entre autoritarismo e democracia”, porém, não se vincula de modo algum “à pressão burguesa”, enfatiza Fernandes (2019, 53), para quem a expansão do “elemento democrático” se ampara, pelo contrário, “nos interesses e situações de classe da maioria”, quando “as forças antiburguesas ganham saliência”.

Enfatizar, com um martelo, a normalidade do autoritarismo em qualquer quadrante onde há capitalismo e dominação burguesa, não faz o Florestan de fins dos anos 1970 abandonar uma caracterização das periferias, em especial na América Latina, como uma forma exacerbada de autoritarismo. O “subproduto essencial” da “*revolução burguesa em atraso*”, escreve Florestan (2019, p. 82-83, grifo do autor), é “uma ditadura de classes aberta e um Estado autocrático-burguês (o qual não é apenas uma imagem invertida do Estado democrático-burguês, porém a forma que ele deve assumir como instrumento de dominação externa e de um despotismo burguês reacionário)”.

Essa passagem é de particular importância, quando lida a partir da crítica à tipologia dicotômica entre sistemas autoritários e sistemas democráticos, pois revela não só que formas autocráticas e democráticas de dominação burguesa se constituem *em relação* no nível global, algo amplamente enfatizado na literatura sobre imperialismo e dependência, mas também revela que a autocracia burguesa, como venho argumentando, não é uma qualidade essencial, ou melhor, uma *singularidade* irredutível das revoluções burguesas periféricas ou da revolução burguesa no Brasil, mas a manifestação de tendências latentes à própria ordem social capitalista.

O que gostaria de enfatizar é que, em fins dos anos 1970, Florestan revê de forma incisiva a sua caracterização mais acentuadamente dualista das formações modernas/capitalistas do centro e da periferia. A partir de uma crítica da ciência política, o seu interesse é de, pelo contrário, acentuar as tendências autoritárias intrínsecas à dominação burguesa (formalmente democrática ou não) e, como já vinha fazendo desde a

RBB, apontar uma tendência de escancaramento ou generalização de um padrão autocrático de dominação em nível global.

Como bem se sabe, a virada dos anos 1970 para os anos 1980 é fortemente marcada pela Guerra Fria, pela crítica dos aparatos burocráticos do Estado-Providência, pelos ecos das lutas anticoloniais, de 1968, da contracultura, pela ressaca e ampla crítica à carnificina fracassada dos EUA no Vietnã e pela persistência de ditaduras militares ao Sul. É também ao olhar aquela virada de décadas que, alguns bons anos depois, autores como Duménil e Lévy, Chesnais e David Harvey vão indicar um ponto de inflexão de um ponto de vista global. Para o último, os anos 1978-1980 — entenda-se Paul Volcker no FED ainda no governo Carter, Margaret Thatcher como primeira-ministra do Reino Unido e Ronald Reagan eleito presidente nos EUA — podem ser pensados “como um ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica do mundo” (HARVEY, 2008, p. 11).

Tamanha importância é dada a tal virada porque é nesse período que o chamado neoliberalismo, que já vinha de longe acumulando forças teóricas, ideológicas e práticas, conforma-se, frente à crise do *Welfare State* e o declínio acelerado do socialismo realmente existente, como forma hegemônica de regulamentação e disciplinamento de organismos internacionais, Estados, empresas e indivíduos ou, a partir do marco foucaultiano, como *nova razão do mundo* (DARDOT e LAVAL, 2016).

E, brevemente, como esses autores concebem o neoliberalismo? “Pode-se definir o neoliberalismo como uma *configuração de poder* particular dentro do capitalismo, no qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso” (DUMÉNIL e LÉVY, 2007, p. 2, grifo dos autores). Para Harvey (2008, p. 26), “a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe”, “os dados sugerem vigorosamente que a virada neoliberal está de alguma maneira e em algum grau associada à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas”. “Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou... todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente” (CHESNAIS, 2001, p. 12).

Ao ler a literatura crítica sobre o neoliberalismo escrita a partir da Europa e dos Estados Unidos, é perceptível um significativo consenso ao concebê-lo como um projeto econômico, político, ideológico e estratégico que busca desatrelar os processos de valorização e de geração de lucro de qualquer restrição material (por meio da financeirização), social (por meio do desmonte das organizações do trabalho) e política (por

meio do ataque às regulamentações de corte keynesiano). O neoliberalismo aparece simultaneamente como *reação* contra as restrições e os “custos” do *Welfare* e como *afirmação* de processos diversos que favorecem processos de privatização, monopolização, elevação da taxa de lucros (catapultados por meio da desregulamentação, ampliação e intensificação das dinâmicas de valorização do capital portador de juros e fictício) e extrema concentração de riquezas nas mãos de poucos.

Tal *reação afirmativa* encontraria uma boa definição — e não creio que os críticos do neoliberalismo a isto se oporiam — nas fórmulas do modelo autocrático-burguês: “forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia”, “forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (FERNANDES, 2006, p. 340, grifos do autor), “concentração exclusiva e privatista do poder” (COHN, 2004, p. 404). O conhecido Relatório da Comissão Trilateral de 1975, *The crisis of democracy*, não é precisamente um manifesto sobre a intolerância do capitalismo em relação à democracia engendrada pelo liberalismo embutido?<sup>11</sup>

Também me parece plausível afirmar que o neoliberalismo se enquadraria bem no que Florestan chama, ao falar do Brasil sob botas a partir de 1964, de “reação societária às pressões dentro da ordem” motivada por “uma forma ultravulnerável de temor de classe” (FERNANDES, 2006, p. 383). No caso brasileiro, aquela “reação societária” se deu visando garantir a consolidação do capitalismo monopolista industrial sufocando, precoce e preventivamente, os descontroles possíveis da organização popular e um ensaio de keynesianismo nos nossos tristes trópicos. No chamado “neoliberalismo”, que segundo Duménil e Lévy (2007, p. 3) foi “um golpe político cujo objetivo era a restauração” dos “privilégios” políticos e econômicos da classe capitalista, a “reação societária” teve que de fato atacar uma experiência de quase 30 anos de efetivo poder, em limites nacionais, das classes trabalhadoras por meio de sindicatos, partidos social-democratas, socialistas, trabalhistas, comunistas e no interior do próprio Estado. Em outras palavras, a autocracia neoliberal teve que efetivamente desvirtuar e suprimir as estruturas do “capitalismo democrático” (STREECK, 2011), enquanto a autocracia burguesa brasileira conceituada por Florestan é, em primeiro plano, uma aborteira de pulsões democráticas.

Ao apontar afinidades e diferenças entre autocracia e neoliberalismo, não se trata apenas, mais uma vez, de colocar o dedo na “fratura brasileira do mundo” (ARANTES, 2004) e defender a acuidade dos conceitos de Fernandes para ler o tempo presente, mas de

---

<sup>11</sup> Para uma excelente análise crítica do Relatório *The crisis of democracy*, ver especialmente o capítulo sexto de *A sociedade ingovernável* (CHAMAYOU, 2020).

indicar como o próprio Fernandes estava atento para aquela transição epocal, o que o leva a superar o que podemos chamar de *razão welfarista*<sup>12</sup>, operante quando a singularidade autocrática do capitalismo dependente era pensada em um contraste decisivo e assimétrico com o modelo democrático-burguês. Em síntese, entre a RBB e os *Apontamentos*, Florestan deixa de ver o padrão autocrático de dominação capitalista como uma excepcionalidade.

É digno de nota que certa idealização do capitalismo hegemônico/desenvolvido ou do modelo democrático-burguês (a partir do qual é desenhado o reflexo invertido do capitalismo dependente e da autocracia burguesa) se faça presente principalmente em textos dos anos 1950, 1960 e início dos 1970. Exatamente os anos em que o *Welfare State* e um significativo desenvolvimento da tríade de direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967) mostravam-se consolidados como um caminho de controle das forças socialmente desagregadores dos mercados, se deixados à própria sorte.

Trata-se de um desafiador problema de sociologia do conhecimento compreender como uma experiência social particularmente excepcional de um ponto de vista temporal (na longa duração do capitalismo) e espacial (restrita a um conjunto exíguo de países, sobretudo europeus, se comparado à população e à diversidade de estados-nação ao redor do globo) pôde converter-se em marco cognitivo e mesmo em modelo teórico para pensar padrões de desenvolvimento do capitalismo e das formas de sociabilidade modernas.

Aquém dessa ampla agenda de pesquisa, o que se busca enfatizar em específico neste artigo é que, na obra de Florestan, a sua localização no interior da “tese da singularidade brasileira” e o seu ir além desta envolve, ao longo dos anos 1970, uma consciência aguda do elemento autoritário intrínseco à dominação burguesa e da generalização das tendências autocráticas imanentes — latentes ou manifestas — ao capitalismo. Isso implica o correlato abandono de qualquer traço de idealização do padrão de transformação capitalista nos países de revolução burguesa “originária”.

Inclusive os frágeis fundamentos do *Welfare State* e sua possível derrocada são explicitamente trabalhados por Florestan em *Apontamentos*. Isso aparece em um momento do texto em que se discute um endurecimento generalizado da dominação burguesa ameaçada por si mesma — “ao atingir o máximo de poderio, condena-se à extinção” (FERNANDES, 2019, p. 98) — e por forças anticapitalistas. O império do capital acossado é o império da “contrarrevolução em escala mundial”, o que faz com que “os

---

<sup>12</sup> A crítica da razão welfarista é um mote central das inquietações compartilhadas e das conversas com os queridos amigos Alexandre Pimenta e Edemilson Paraná.

mecanismos de *defesa da ordem*” tornem-se “igualmente repressivos e opressivos — ao nível da empresa, da sociedade global e das relações internacionais entre nações capitalistas desiguais” (FERNANDES, 2019, p. 98-99, grifo do autor). Florestan então escreve, como quem responde a uma possível objeção:

Ao que parece, o chamado “pluralismo” é possível no centro e permite conciliar a democracia constitucional, representativa e parlamentar com o “emburguesamento”, a cooptação institucionalizada direta e indireta das demais classes. Essa corrupção organizada e profunda possui limites e eles se acham no próprio eixo elementar da propriedade privada e do capitalismo privado. Uma oscilação maior na direção do *Welfare State* e das funções de legitimação do Estado capitalista forçará, sem dúvida, um desequilíbrio fatal entre os dois tipos de função (FERNANDES, 2019, p. 99, grifo do autor).

Tamanha lucidez novamente dá ensejo a um cotejamento com a literatura crítica do neoliberalismo, para a qual este novo regime de acumulação, que emerge a partir da completa ruptura e esgarçamento do chamado pacto capital-trabalho em seletos países do Norte, significa algo muito próximo da predominância violenta do “eixo elementar da propriedade privada e do capitalismo privado”, e a reorientação radical dos Estados a partir do mesmo. A citação também é suficientemente clara para ilustrar uma tomada de consciência aguda, no trabalho de Florestan, de que não se pode tomar o capitalismo democrático (modelo democrático-burguês, em suas palavras) como norma (histórica ou conjuntural) a partir do qual seria possível traçar exceções. Em última análise, a partir de um recorte mais compreensivo (temporal e espacial) da história do capitalismo, os laços entre capitalismo e autocracia mostram-se bem mais recorrentes e nada excepcionais.

## CONCLUSÃO

Quando lido através das lentes da “tese da singularidade brasileira”, pode-se dizer que Fernandes passa por três momentos fundamentais:

I) Um primeiro momento compreende textos dos anos 1950 e início dos 1960, nos quais uma terminologia do “desequilíbrio”, da “parcialidade”, da “incompletude”, da “deformação” e da “anomalia” para caracterizar a “modernidade postiça” brasileira indica um pleno enquadramento no imaginário que compreende o Brasil como uma singularidade inautêntica e desviante, quando comparada a modelos originários e plenos de modernidade.

II) Um segundo momento, que tem *A integração do negro na sociedade de classes* como uma obra de transição e que se consolida em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* e *A*

*revolução burguesa no Brasil*, é caracterizado tanto por uma forma peculiar de pensar a singularidade brasileira como por tensões e sugestões para além da singularidade.

Por um lado, a formulação dos conceitos de capitalismo dependente, de situação heteronômica, de dupla polarização/articulação e de modelo autocrático-burguês continuam a exprimir esforços de demarcar a singularidade do capitalismo e da modernidade no Brasil. Essa singularidade, em um significativo deslocamento, deixa, contudo, de ser pensada a partir de uma semântica da falta, da inautenticidade e do desvio, mas como um padrão de transformação capitalista no interior de um sistema global produtor de diferenças, assimetrias e hierarquias setoriais, nacionais e regionais: subdesenvolvimento e desenvolvimento, autonomia e heteronomia, hegemonia e dependência são pares complementares, e a articulação entre “arcaico” e “moderno” no interior de situações heteronômicas nada mais é do que a outra face, interna, de uma integração subordinada ao mercado mundial. No entanto, como se vê, a busca de superar a “razão dualista” para pensar os dilemas nacionais (e regionais) é realizada através de uma projeção do dualismo para o contexto global, consolidando certo léxico binário da dependência/autonomia, modelo autocrático/modelo democrático, periferia/centro.

Por outro lado, notavelmente em *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan sugere, pensando o mundo nos anos 1970, uma tendência de generalização de formas autocráticas de dominação burguesa no centro e na periferia.

III) Em *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*, aquela sugestão converte-se em mote central e objeto de detida reflexão. Em um estreito diálogo com a teoria crítica, mas também com pensadores radicais como Frantz Fanon, Florestan se concentra em demonstrar, a partir de uma crítica da ciência política do seu tempo, como o autoritarismo é um elemento intrínseco a toda e qualquer dominação burguesa, que se retrai a um estado de latência quando o elemento democrático ganha expansão por meio da organização e pressão de forças antiburguesas, e que se manifesta em toda a brutalidade como reação a essa pressão e em momentos de crise. Escrevendo em fins dos anos 1970, é principalmente a manifestação das formas autocráticas de dominação burguesa em todo o globo que são salientadas por Florestan, que inclusive aponta para uma possível derrocada dos arranjos históricos que permitiram a configuração de um capitalismo democrático de *Welfare* em países da Europa e, de forma mitigada, nos Estados Unidos.

Nesse terceiro momento, são lançados elementos não só de crítica aos dualismos (internos e globais), mas também de crítica do que chamamos acima de *razão welfarista*,

aquela que permite elevar à forma de modelo teórico a excepcionalidade do compromisso entre capitalismo e democracia nas experiências de Estado de bem-estar social na Inglaterra e França e de *New Deal* nos Estados Unidos<sup>13</sup> — não por acaso, a tríade de países que Florestan, e não só ele, pensava como modelos clássicos de revolução democrático-burguesa.

Sugeri ainda, sem pretensão exaustiva, que o movimento *para além da singularidade* em Florestan parece guardar íntima relação com as mudanças do capitalismo nos anos 1970. Em fins dessa década, os fortes indícios de crise do regime de acumulação keynesiano-fordista em seletos países da Europa Ocidental e nos EUA e o ascenso dos processos globais da chamada neoliberalização fizeram ruir qualquer possibilidade de identificação estável, pelo pensamento crítico, entre capitalismo e democracia como uma norma — ou um *a priori* analítico — a partir da qual seria possível apontar processos históricos e estruturais desviantes.

A tendência à generalização global de formas autocráticas de dominação apontada por Florestan em fins dos anos 1970 sugere importantes afinidades com os atributos do regime de acumulação com dominância financeira (CHESNAIS, 2002), da acumulação via espoliação (HARVEY, 2005) ou simplesmente neoliberalismo (DUMÉNIL e LÉVY, 2004), o que, a meu ver, parece atestar — em uma via distinta à proposta por Tavolaro — a potencialidade heurística da obra de Florestan. Ao longo do texto, reforçando argumentos presentes em Tavolaro (2014) e Cohn (2015)<sup>14</sup>, também pontuei como podemos encontrar em Florestan nuances diversas que permitem problematizar certos enunciados do discurso sociológico hegemônico ou modelar sobre a modernidade. Em especial, entre aquelas nuances, uma compreensão sofisticada do tempo social e a sensibilidade para captar a “contemporaneidade de situações históricas não coetâneas” (FERNANDES, 2015, p. 37).

Após ter defendido, no curso do texto, que há em Florestan uma progressiva crítica aos hábitos dualistas e essencialistas de pensar a modernidade (primeiro a crítica do dualismo interno entre “arcaico” e “moderno”, depois a crítica da “tipologia dicotômica” que opõe “democracia” e “autoritarismo” em nível global), gostaria de enfatizar,

---

<sup>13</sup> “Modelos” de democracia que em plenos “anos dourados” mantinham domínios coloniais e, no caso estadunidense, a segregação racial garantida por lei.

<sup>14</sup> Gabriel Cohn, a partir de outro ângulo, capta da seguinte forma a sofisticação do tempo social para Florestan: “o passado aparece como complexo de oportunidades (ganhas ou perdidas), o presente se configura como campo de forças e o futuro como conjunto de alternativas a serem (seletivamente) ‘dinamizadas’. O passado não é um jogo de memória (como em Gilberto Freyre), mas um inventário de desafios e obstáculos” (COHN, 2015, p. 16).

retomando o diálogo com as proposições de Tavolaro (2005, 2014) para pensar além da singularidade, como Florestan oferece significativos elementos para uma concepção agonística, contingente e fundamentalmente histórica dos processos globais de modernização capitalista.

De modo amplo e sugestivo, o argumento aqui se direciona no sentido de apontar como proposições conceituais como “capitalismo dependente”, “dupla articulação”, “modelo autocrático-burguês” etc. não necessariamente implicam um enrijecimento essencializante. Salientando a importância da perspectiva global (portanto relacional e avessa ao nacionalismo metodológico inerente a tais conceitos) e, principalmente, a importância atribuída às lutas sociais (em Florestan, os dilemas sociais de classe e raciais são focalizados<sup>15</sup>), às desigualdades e assimetrias de recursos entre os agentes coletivos e ainda às vitórias e derrotas nos processos de consolidação de padrões e estruturas específicos de determinadas situações (regionais e nacionais), aquelas contribuições podem ser utilizadas em favor de uma perspectiva que valorize a contingência dos acontecimentos, eventos e processos sócio-históricos.

No entanto, da perspectiva da “sociologia da dependência” de Fernandes, a não identificação entre *contingência* e *aleatoriedade* (TAVOLARO, 2005) passa pela solução presente na velha tradição em teoria social que pensa a ação, individual e coletiva, a partir do imenso peso constrangedor das camadas históricas. Peso esse que, da perspectiva da história global do capitalismo e da sua violência originária (constantemente presentificada, conforme OLIVEIRA, 2013; HARVEY, 2005; FEDERICI, 2019; VERGÈS, 2020), parece particularmente sufocante e espesso — e o real é uma estratificação de espessuras, como o Capibaribe ensinou a João Cabral — para países marcados pela colonialidade (QUIJANO, 1992).

Como se vê, diferente de negar a importância da tese da singularidade brasileira como chave analítica para pensar o pensamento social brasileiro em suas fragilidades e potencialidades, busquei aqui demonstrar, pelo contrário, a sua força e pertinência. Neste artigo, foi a formalização crítica da tese da singularidade brasileira que permitiu um esforço de releitura de um autor como Florestan Fernandes, buscando salientar, em sua ampla contribuição intelectual, os aspectos que vão além de formas rígidas e dualistas, nas quais ele mesmo por vezes se enredou, de pensar a modernidade e o capitalismo no Brasil e no mundo.

---

<sup>15</sup> Para um aprofundamento das nuances e complexidade do conceito de classe social em Florestan Fernandes, ver ALVES (2020).

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. (2020). Apontamentos sobre o conceito de classe social em Florestan Fernandes. *Estudos de Sociologia* (Recife), v. 2, p. 197-230.
- ARANTES, Paulo. (2004). A fratura brasileira do mundo. In: ARANTES, Paulo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil.
- BRASIL JR., Antonio. (2013). *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec.
- CHAMAYOU, Grégoire. (2020). *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora.
- CHESNAIS, François. (2001). Mundialização: o capital financeiro no comando. *Revista Outubro*, edição 5, p. 7-28.
- CHESNAIS, François. (2002). A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44.
- COHN, Gabriel. (1986). Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, Ricardo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- COHN, Gabriel. (2004). Florestan Fernandes: A revolução burguesa no Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, vol. 1. 4. Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- COHN, Gabriel. (2015). A margem e o centro. Travessias de Florestan Fernandes. *Sinais Sociais*, v. 10, n. 28, p. 11-28.
- COSTA, D. V. A. ; ALVES, A. R. C. ; PORTELA JUNIOR, A. ; SOARES, E. V. ; SILVA, L. T. ; MUTZENBERG, R. (2021). Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença (Org.). *Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil*. 1ed.Chapecó, SC: Marxismo 21.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- DUMÉNIL, Gérard.; LÉVY, Dominique. (2004). *Capital resurgent. The roots of the neoliberal revolution*. Harvard: Harvard University.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. (2007). Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19.
- DUTRA, Roberto; RIBEIRO, Marcos Abraão. (2021). Existe um autoritarismo brasileiro? Uma interpretação alternativa à tese da singularidade política nacional. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 22, p. 246-273.
- FEDERICI, Silvia. (2019). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- FERNANDES, Florestan (1976). Reflexões sobre a mudança social no Brasil. In: FERNANDES, F. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FERNANDES, Florestan (2006). *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo.
- FERNANDES, Florestan (2008a). Existe uma crise da democracia no Brasil?. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global Editora.
- FERNANDES, Florestan (2008b). Relações culturais entre o Brasil, o Ocidente e o Oriente. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global Editora.

- FERNANDES, Florestan (2008c). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global Editora.
- FERNANDES, Florestan (2015). Notas sobre o fascismo na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão popular.
- FERNANDES, Florestan (2019). *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo: Expressão Popular.
- FERNANDES, Florestan. (2021) *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1976). As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debates*, n.1. São Paulo: Brasiliense.
- HARVEY, David. (2005). *O novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Edições Loyola.
- HARVEY, David. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.
- MARSHALL, T. H. (1967). Cidadania e classe social. In: MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- OLIVEIRA, Francisco de. (2013). *Crítica à razão dualista, O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- PORTELA JR., Aristeu. (2013). *A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes*. Dissertação de mestrado defendida no PPGS/UFPE.
- QUIJANO, Aníbal. (1992). Colonialidad y Modernidad-Racionalidad. In: BONILLA, Heraclio. *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo.
- RENNÓ, Lúcio. (1998). Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, n. 45, p. 71-92.
- SILVA, Lucas Trindade da. (2020). Governamentalidade autocrática: repensando as racionalidades de governo em diálogo com Florestan Fernandes. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, p. 254-291.
- SILVA, Lucas Trindade da. (2021). O CESIT: a elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença. (Orgs.). *Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil*. Chapecó, SC: Marxismo21, p. 279-296.
- SOUZA, Jessé. (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- STREECK, Wolfgang. (2011). The crises of democratic capitalism. *New left review*, 71, p. 5-29.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2005). Existe uma Modernidade Brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, p. 5-22.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2007). Variações no interior de um discurso hegemônico? Sobre a tensão "ação - estrutura" na sociologia contemporânea. *Teoria & Pesquisa*, v. XVI, p. 97-125.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2009). Para além de uma "cidadania à brasileira": uma consideração crítica da produção sociológica nacional. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, p. 95-120.
- TAVOLARO, Sergio B. F.; TAVOLARO, Lília G. M. (2010). A cidadania sob o signo do desvio: para uma crítica da 'tese de excepcionalidade brasileira'. *Sociedade e Estado*, v. 25, p. 331-368.

- TAVOLARO, Sergio B. F. (2011a). *Cidadania e modernidade no Brasil (1930-1945): uma crítica a um discurso hegemônico*. São Paulo: Annablume.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2011b). Freyre, DaMatta e o lugar da natureza na "singularidade brasileira". *Lua Nova*, v. 83, p. 517-557.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2013). Gilberto Freyre e nossa 'modernidade tropical': entre a originalidade e o desvio. *Sociologias*, v. 15, p. 282-317.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2014). A Tese da Singularidade Brasileira Revisitada: Desafios Teóricos Contemporâneos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 57, p. 633-673.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2016). Imagens de uma outra modernidade: Gilberto Freyre e o espaço-tempo latino-americano. *Revista Política e Sociedade*, v. 15, p. 196-231.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2017a). Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. *Civitas*, v. 17, p. 115-141.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2017b). Gilberto Freyre e o tempo-espaço brasileiro: uma crítica ao cronótopo da modernidade. *Sociedade e Estado*, v. 32, p. 411-438.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2020). Stasis, motion and acceleration: The senses and connotations of time in Raízes do Brasil and Sobrados e Mucambos (1936). *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 10, p. 243-266.
- TAVOLARO, Sergio B. F. (2021). Interpretações do Brasil e a temporalidade moderna: do sentimento de descompasso à crítica epistemológica. *Sociedade e Estado*, 36(03), p. 1059–1082.
- VERGÈS, Françoise. (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu editora.

**Lucas Trindade da Silva**

Professor adjunto do Instituto Humanitas de Estudos Integrados da UFRN. Integra o Periféricas - Núcleo de Estudos em Teorias Sociais, Modernidades e Colonialidades (UFBA), o Grupo de Estudos em Teoria Social e Subjetividades (GETSS) da UFPE e o Grupo de Pesquisa Social (GPS) da UFRN.